

## Assembleias de base avaliam reajuste de 10,51% como vitória e apontam para continuidade da campanha salarial no segundo semestre

*Negociação avançou para reposição parcial de perdas, mas ainda **faltam 14,23%** para recuperar poder aquisitivo de maio de 2012. Também é preciso debater a valorização dos níveis iniciais das carreiras e o restante da Pauta Unificada*

O retorno das assembleias de base realizadas pelas entidades que compõem o Fórum das Seis, com o intuito de avaliar a proposta negociada com o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas – Cruesp em 18/5/2023, foi praticamente unânime em apontar como vitória o índice de 10,51%. Prevaleceu o entendimento de que havia a disposição dos reitores em limitar o índice da data-base deste ano a 7,58%, correspondente à inflação dos últimos 14 meses (de março/2022, quando houve o último reajuste, a abril/2023) e que a ação da(o)s representantes das entidades foi decisiva para reverter essa postura.

As assembleias também apontaram como fundamental a continuidade das negociações no segundo semestre, quando teremos mais dados sobre a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do qual derivam os recursos para as universidades. Uma primeira reunião com esse objetivo, entre as equipes técnicas do Fórum e do Cruesp, já ficou definida para setembro. Além da recomposição salarial, queremos discutir a valorização dos níveis iniciais das carreiras e os outros pontos da Pauta Unificada.

Em várias assembleias, foi destacada a necessidade de correção da planilha Cruesp, que mantém o lançamento indevido em “Pessoal e Reflexos”, na USP e na Unicamp, de benefícios como os vales alimentação e refeição (além do auxílio saúde, prêmio e gratificação no caso da USP), o que “incha” as folhas e tem impacto direto no comprometimento médio das três universidades.

### Índice para voltar a maio 2012 é de 14,23%

Embora tenha avançado na recuperação parcial das perdas, o índice de 10,51% em maio/2023 não dá conta de recuperar o poder

**Inflação mensal e acumulada, reajuste necessário para recuperar poder de compra de maio/2012 e massa salarial perdida desde maio/2012**

	IPCA (maio/23) *	FIPE (maio/23) *	F6 ** (maio/23) *
<b>Índice</b>	0,61%	0,43%	0,53%
<b>SR</b>	87,78%	90,06%	87,54%
<b>Reajuste</b>	13,92%	11,04%	14,23%
<b>Salários perdidos ***</b>	18,1	14,8	18,6

\* Supõe-se que os índices de maio/23 repitam os de abril/23, uma vez que ainda não temos os resultados finais de maio/23.

\*\* O Fórum utiliza o ICV-Dieese até fev/2020 e INPC após esta data

SR: Poder aquisitivo do salário recebido no início de junho/23 em relação ao de maio/2012

\*\*\* A última linha mostra o número de salários que deixamos de receber desde 1/5/2012

de compra que os salários tinham em maio/2012.

O GT Verbas da Adusp – que conta com representantes das outras entidades do Fórum das Seis – atualizou o quadro de perdas. A tabela a seguir supõe que a inflação de maio/2023 seja igual à de abril/2023 (os números definitivos estarão disponíveis após o dia 10 de junho).

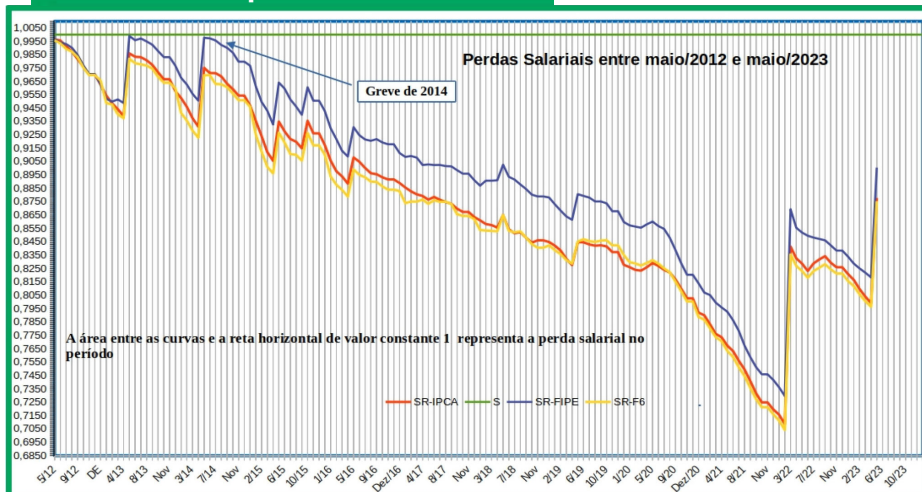
### O ICMS, o golpe na arrecadação e a omissão do Cruesp

A queda na arrecadação do ICMS não é um raio em céu azul de brigadeiro. Ela foi provocada pela iniciativa do ex-presidente Jair Bolsonaro, em 2022, na tentativa de reverter a derrota eleitoral que se avizinhava. Por meio de aprovação de leis no Congresso, foram reduzidas as alíquotas dos combustíveis, energia elétrica e comunicações. Ocorre que parte deste prejuízo foi devolvida pela União ao estado de São Paulo, mas o percentual das universidades não foi repassado. A estimativa do Fórum, que já questionou formalmente o governador Tarcísio de Freitas sobre isso, é que as universidades deixaram de receber cerca de R\$ 644 milhões entre agosto/2022 e janeiro/2023. Registre-se que os municípios estão recebendo a sua parte (25% do total do ICMS) com estas compensações.

Aqui cabem algu-



**Gráfico das perdas desde 1º/5/2012**



mas observações relevantes para situar o cenário das negociações no segundo semestre:

- Ao não cobrar o repasse das compensações às universidades, os reitores sinalizam com a opção de seguir descarregando sobre os trabalhadores e as trabalhadoras as eventuais reduções que venham a ocorrer na arrecadação do ICMS. É importante salientar que as ex-

pressivas reservas financeiras das universidades foram construídas com o arrocho salarial e a ausência de contratações nos últimos anos.

- A volta das alíquotas dos combustíveis aos patamares anteriores e o habitual comportamento favorável da economia no segundo semestre são fatores que permitem esperar que haja uma elevação na arrecadação do ICMS nos próximos meses.

## Fórum das Seis defende emendas na LDO 2024: financiamento adequado às universidades e ao Ceeteps, volta da expressão 'no mínimo' e outras

O governo estadual enviou à Assembleia Legislativa (Alesp) o projeto de lei contendo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2024. Trata-se do PL 661/2023. É na LDO que são definidos os percentuais que cada setor público receberá no orçamento do ano seguinte, aí incluídas as universidades estaduais e o Centro Paula Souza (Ceeteps), responsável pelas escolas técnicas (ETEC) e faculdades de tecnologia (FATEC).

No PL 661, os artigos relativos às universidades preveem o repasse de 9,57% da quota-parte do estado no ICMS, sem que apareça a expressão “no mínimo”. Para o Ceeteps, não há dotação orçamentária fixa (cabe ao governador definir a cada ano o quanto deseja enviar ao órgão).

A exemplo do que faz todos os anos, o Fórum das Seis encaminhou aos deputados e às deputadas um conjunto de emendas, propondo mais recursos para as universidades e o Ceeteps. O prazo para emendas é 26/5 e a informação é que as propostas do Fórum foram apresentadas formalmente por vária(o)s parlamentares. Em breve, o Fórum as divulgará. Agora, caberá à Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Alesp avaliar as emendas e produzir um relatório final, a ser votado em plenário até o final de junho.

### Fórum atua na Alesp

Na quinta-feira, 25/5, as entidades que compõem o Fórum das Seis reuniram-se na Alesp. Além de avaliar o retorno das assembleias de base (*matéria inicial deste boletim*), os representantes conversaram com líderes de partido e assessores sobre as emendas. Esse trabalho deve prosseguir nas próximas semanas.

### Um resumo das emendas propostas pelo Fórum

#### 1) Aumento dos recursos para as universidades

Alteração do art. 5º com percentuais de, **NO MÍNIMO, 11,6%, 11%, 10,5%, 10% ou 9,57% do TOTAL DO PRODUTO** da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – Quota Parte do Estado, no mês de referência.

A prioridade deve ser dada à emenda com maior percentual. A inclusão da expressão '**NO MÍNIMO**' é fundamental.

#### 2) Recursos para o Centro Paula Souza

**INCLUSÃO DE ARTIGO** que garanta 3,3% do total do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – Quota Parte do Estado, no mês de referência.

#### 3) Insuficiência financeira

**SUPRESSÃO DO § 2º DO ART. 5º** para garantir paridade às/aos aposentadas/os e pensionistas.

Caso não consigamos a supressão, propor a inclusão do que segue ao art. 5º:

**§ 8º** - O pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores das universidades paulistas será garantido pelo Tesouro do Estado, assegurada a paridade com os servidores da ativa.

**§ 9º** - os recursos de que trata o § 8º do art.5 não poderão ser descontados do total do repasse do ICMS-QPE para as universidades.

#### Justificativa:

Os servidores aposentados e pensionistas das universidades precisam de garantia do Poder Executivo de que receberão suas aposentadorias e pensões, além dos reajustes dados aos servidores da ativa.

#### 4) Garantia do repasse do ressarcimento do governo federal

**INCLUSÃO DE ARTIGO** que garanta o repasse de 9,57% às universidades do que o governo estadual está recebendo do governo federal como compensação das perdas advindas da queda de arrecadação do ICMS instituída pela LC192, LC194 e EC123 de 2022.

#### 5) Garantia de financiamento público adequado

**SUPRESSÃO DO § 7º DO ART. 5** – As universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza devem ser custeados exclusivamente com verba pública.



Algumas das reuniões e conversas da(o)s representantes do Fórum com parlamentares e assessora(e)s em 25/5, na Alesp